

"Banqueiros ingleses não negaram ajuda"

«Os bancos ingleses não se recusaram a participar do novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões, pleiteado pelo Brasil aos bancos credores internacionais», informou ontem, ao entrar para uma reunião com o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, o representante do Lloyds Bank no subcomitê de comércio do Comitê de Assessoramento da Dívida do Brasil, Christopher Brougham.

Ao comentar notícias divulgadas na imprensa brasileira sobre a recusa dos bancos ingleses, ele afirmou: «Acho que talvez a imprensa brasileira esteja misturando o governo britânico com os bancos britânicos. Até onde os bancos britânicos têm a ver, nenhum deles até agora disse alguma coisa negativa. Eles podem até fazer isso, mas ainda não há nenhuma reação negativa».

O representante do banco inglês informou ainda que foi positivo o encontro entre o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore e os banqueiros em Londres, há duas semanas. O coordenador do subcomitê, Thomas Heynes, do Chase Manhattan Bank, recusou-se a falar sobre os novos recursos pleiteados pelo Brasil: «Não estou autorizado a fazer qualquer comentário.»

Antes do encontro com os representantes dos bancos, Madeira Serrano explicou que a reunião era para definir as bases técnicas das linhas de crédito para financiamento de operações comerciais. Os recursos totalizam, US\$ 12,5 bilhões, sendo US\$ 10 bilhões provenientes de bancos privados, US\$ 1,5 bilhão do Eximbank (EUA) e mais US\$ 1 bilhão para ser rateado entre as diversas agências de financiamento internacionais.

Serrano garantiu que são recursos já comprometidos por 360 dias e com vencimento de 540 dias após a utilização de crédito. «Isso nos dá um fôlego até princípio de 1985, nesta negociação». No entanto, lembrou, «a utilização desse crédito comercial está dependendo do fechamento do acordo com o FMI que, por sua vez, depende da política salarial que se integra no programa econômico».

Essa linha de crédito de US\$ 12,5 bilhões é a garantia que os bancos oficiais dão aos bancos privados, para financiarem operações de comércio do Brasil. Esse crédito estará disponível para todo o ano de 1984, caso o FMI aprove a terceira Carta de Intenções do Brasil, na reunião do «board» do dia 18 de novembro, como informou Madeira Serrano.

Os bancos americanos credores do Brasil têm prazo até 31 de dezembro para fechamento de seu balanço anual e, até lá, o País terá que concluir a renegociação de seus débitos. Se isso não ocorrer, os pagamentos devidos pelo Brasil entrarão no balanço, na parte referente ao «noa performance credit» (crédito de difícil liquidação), dinheiro aplicado pelo banco e que não teve retorno nos prazos contratados.

Serrano classificou como de rotina o encontro que havia mantido, ontem cedo, com os economistas Douglas Smee, do Banco de Montreal, e Bryce Ferguson, do City Bank, ambos do subcomitê. Serrano informou que os representantes dos bancos «estão avaliando as medidas que estão saindo aí, para ver se elas se ajustam ao pacote».

Serrano detalhou os novos recursos acertados com os banqueiros credores e que estão à espera da aprovação da Carta de Intenções do Brasil pelo FMI: US\$ 6,5 bilhões de recurso novos, US\$ 6 bilhões de linhas de recursos interbancários, US\$ 10 bilhões para linhas de crédito comercial (fora os US\$ 2,5 bilhões de agências oficiais) e mais US\$ 5 bilhões para renovação das amortizações.

27 OUT 1983

crédito externa